



REPÚBLICA
PORTUGUESA

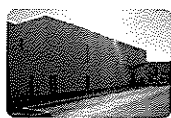
SAÚDE



SNS SERVIÇO NACIONAL
DE SAÚDE



Unidade Local de Saúde
Castelo Branco, EPE



ULSCB, EPE
Reunião de CA em 16/9/2021

[Signature]

Presidente
Eng. José Nunes

Vogal Executiva - Dir. Clin. Hospitalar
Dra. Maria Eugénia André

Vogal Executivo - Dir. Clin. CSP
Dr. Júlio Ramos

Vogal Executiva
Dra. Tânia Pedro

Vogal Executivo - Enf. Diretor
Carlos Almeida - MSc, PhD

Relatório de Execução Orçamental

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021

NOTA PRÉVIA

- O presente relatório de execução orçamental, referente ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021, visa dar cumprimento ao previsto na alínea c) do art.º 24.º do Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro.
- O referencial contabilístico em vigor é o SNC-AP, aprovado pelo DL n.º 192/2015, de 11 de setembro.
- A aplicação SICC apresenta neste período mapas de controlo da execução orçamental ainda com algumas incorreções, permitindo, no entanto, que sirvam de base ao reporte realizado mensalmente no SIGO/DGO, após alguns ajustamentos necessários, prevalecendo, em caso de dúvida, os elementos que constam do balancete.
- A análise ao controlo do orçamento económico tem por base o Acordo Modificativo ao Contrato-Programa 2021.
- Apesar de ainda não estarem implementados os centros analíticos de responsabilidade, cada responsável de serviço é informado periodicamente sobre a evolução dos gastos da sua área, bem como sobre a execução do Contrato-Programa, no sentido de serem corrigidas atempadamente todas as situações que possibilitem melhorar o desempenho e alcançar os objetivos previstos.



ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	4
I – Execução Orçamental	5
II – Execução Económica face ao Contrato-Programa e Análise à Evolução dos Gastos e Rendimentos Operacionais face ao período homólogo de 2020	10
A – Gastos e Perdas	10
B – Rendimentos e Ganhos	15
III – Recursos Humanos.....	16
IV – Evolução da Dívida e dos Pagamentos em Atraso	19
CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
Anexo I – Gastos e Perdas.....	22
Anexo II – Variação Gastos e Perdas	23
Anexo III – Rendimentos e Ganhos	24
Anexo IV – Variação Rendimentos e Ganhos	24



INTRODUÇÃO

O presente relatório pretende dar a conhecer a evolução ocorrida nos gastos e nos rendimentos da ULSCB no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021, tanto na vertente orçamental, com base no orçamento aprovado pelo Ministério das Finanças, como na vertente económica, tendo como referência o Contrato-Programa.

Analisaremos ainda as principais variações em comparação com o período homólogo de 2020 e nomeadamente a evolução dos gastos operacionais (n.º 7 do art.º 158.º do DL 84/2019, de 28 de junho), bem como a evolução da dívida e dos pagamentos em atraso.

O ano de 2020 ficou marcado pelo agravamento da situação económico-financeira face ao ano anterior, com a dívida a chegar aos 27,1 M€ (24,6 M€ em 31/12/2019) e o PMP a fixar-se nos 146 dias (127 dias em 2019), embora tenham sido atribuídas diversas verbas adicionais: 2,7 M€ para cobertura de prejuízos (2,4 M€ em março e 323 mil euros em dezembro); 830 mil euros para aumentar a capacidade de resposta financeira com os encargos associados ao tratamento do Covid 19; 1 M€ de adiantamento ao Contrato-Programa para pagamento de dívidas em atraso, aliados à atribuição de uma dotação mensal adicional de 300 mil euros; foram ainda recebidos financiamentos no âmbito da medida 095 para pagamento do prémio de desempenho aos profissionais de saúde (346 mil euros), para aquisição de equipamento de Cuidados Intensivos (209 mil euros) e para o plano de Expansão da Capacidade Laboratorial (117 mil euros).

Para o corrente exercício, o duodécimo foi reforçado em apenas 120 mil euros mensais, pelo que se antevia muito difícil, logo à partida, conter o crescimento da dívida, nomeadamente devido às necessidades adicionais nos meses em que incidem os encargos com os subsídios de férias e de Natal, bem como os que resultam da pandemia e que, em 2020, originaram um encargo suplementar estimado em 4 M€, subindo para os 5,2 M€ no período em análise. Em agosto, foram recebidas verbas para fazermos face ao crescente aumento da dívida: 3,99 M€ de entrada de capital para cobertura de prejuízos transitados e 1,1 M€ de adiantamento extraordinário de Fundos Disponíveis para alocar ao pagamento de dívidas em atraso (SUCH, bombeiros e prestadores de serviços SIGIC) por conta do mês de dezembro. Estes reforços permitiram reduzir significativamente a dívida (-3,5 M€ face a julho) e os pagamentos em atraso (-4 M€). Em dezembro, foi cortado ao duodécimo o adiantamento recebido em agosto (1,1 M€), o que originou sérios problemas de liquidez que nos impediram de pagar por exemplo a prestadores de serviços médicos, SUCH, segurança, limpeza, ambulâncias, bombeiros, taxistas que fazem os transportes da hemodiálise, entre outros serviços em relação aos quais temos de cumprir obrigatoriamente com prazos de pagamentos mais curtos sob pena de os serviços não serem prestados. No entanto, a par deste corte, foi recebida uma verba no montante de 5,34 M€ na sequência do Despacho Finanças e Saúde de 07 e 09 de dezembro de 2021 que determinou a entrada de capital para cobertura de prejuízos transitados nas entidades públicas



empresariais pertencentes ao SNS. Adicionalmente, recebemos ainda uma verba de 300 mil euros para fazer face aos encargos previstos no n.º 5 do artigo 274.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, no âmbito da Internalização no SNS de análises clínicas e de exames de endoscopia gastroenterológica.

Estes recebimentos, nomeadamente o destinado ao pagamento de dívidas, permitiram reduzir a dívida a 31/12/2021 para os 31,6 M€, ou seja -600 mil euros face a novembro, diminuindo ainda os pagamentos em atraso em 3,7 M€.

Passando à análise aos resultados alcançados no período, verificamos que o resultado líquido ascendeu a 12,6 M€ negativos, piorando 900 mil euros face ao período homólogo, situando-se o EBITDA nos 10,7 M€ negativos (-9,9 M€ em 2020), portanto um agravamento que acompanha o do resultado líquido.

Em termos orçamentais/financeiros a cobrança foi superior ao período homólogo em 7,37% (+6 M€) e a despesa paga cresceu 7,34% (+5,9 M€), que decorre das verbas adicionais recebidas para cobertura de prejuízos (+6,63 M€ face a 2020).

Do ponto de vista da execução económica, globalmente os gastos superaram o referencial do período em mais 12,61% (+10,3 M€), e ao nível dos rendimentos o desvio foi de +0,14% (+108 mil euros).

Feitas estas considerações, passaremos a analisar a execução orçamental e económica ocorrida nas principais rubricas de forma mais detalhada.

I – Execução Orçamental

De acordo com as instruções da DGO, as dotações finais cumpriram com os seguintes requisitos:

- a) Quer o orçamento final, quer a execução, apresentaram-se equilibrados ao nível das fontes de financiamento;
- b) Os pagamentos não superaram as dotações (*);
- c) Foram registadas todas as alterações orçamentais devidas, incluindo os créditos especiais;
- d) Os saldos de gerência anterior, que transitaram para o exercício de 2021, foram registados na receita – capítulo 16 – nas devidas fontes de financiamento de saldos transitados;
- e) O aumento de capital estatutário e a entrada de capital para cobertura de prejuízos, bem como a despesa paga neste âmbito, foram registados conforme as orientações emitidas.

As únicas exceções(*), à semelhança do ocorrido na execução do ano de 2019 e 2020 e por não termos obtido autorização para o efeito em tempo útil, resultam da imposição decorrente do art.º 8.º do DLEO 2019 e do ponto 40 da Circular 1396 da DGO que não permitiu a redução das dotações, em determinadas



rubricas, no âmbito da gestão flexível, não tendo sido possível proceder à redução da dotação nas RCE 02.01.09, 03.04.02 e 03.05.02, ficando assim a descoberto pagamentos nas seguintes rubricas:

- Fonte Financiamento (FF) 511, RCE 02.02.22.A0.00: 1.628.015 euros;
- FF 513, RCE 07.01.10.B0.B0: 2.979 euros.

Para ultrapassar esta situação, teríamos de ter obtido autorização para reduzir as seguintes RCE:

- FF 511, RCE 02.01.09.A0.00: -1.121.841 euros;
- FF 511, RCE 02.01.09.C0.00: -506.149 euros;
- FF 511, RCE 03.04.02.00.00: -25 euros;
- FF 513, RCE 03.05.02.00.00: -2.979 euros.

Como o quadro das despesas agrega a maioria destas verbas por estarem associadas ao mesmo agrupamento, apenas se constata parcialmente as situações mencionadas nos capítulos 02 da FF 511.

Passando à análise à execução ocorrida nas receitas (quadro infra), da mesma resultou um aumento da dotação de 8,75 M€ (+11,21%), com as receitas correntes a registarem uma diminuição de 610 mil euros (-0,79%), enquanto que as receitas de capital cresceram 9,36 M€ (+1334,42%).

Assim, ao nível das receitas correntes, a fonte de financiamento (FF) 511 não foi além do previsto em sede de orçamento, enquanto que a FF 513, relativa a receita própria, foi reforçada em 269 mil euros. No que respeito às FF relacionadas com projetos cofinanciados, nas FF 361 e 362 não existiu qualquer execução, estando toda refletida na FF 413: remodelação e ampliação com 1,4 M€; SAMA com 114 mil euros; e POISE com 20 mil euros. De salientar a menor execução na FF 541, que respeita aos recebimentos provenientes do INEM, no âmbito do protocolo da VMER existente.

Quanto às receitas de capital, o principal destaque vai para a FF 721 onde foram registadas as verbas de entrada de capital para cobertura de prejuízos transitados (3,99 M€ em agosto e mais 5,34 M€ em dezembro, na sequência do Despacho Finanças e Saúde de 07 e 09 de dezembro de 2021 que determinou a entrada de capital para cobertura de prejuízos transitados nas entidades públicas empresariais pertencentes ao SNS).



Período: janeiro a dezembro 2021

unl: euro

Código	Designação	F.F.	DOTAÇÃO INICIAL ANUAL (1)	DOTAÇÃO CORRIGIDA ANUAL (2)	Variação relativa da DOTAÇÃO (2)/(1)	Variação absoluta da DOTAÇÃO (2)-(1)	LIQUIDAÇÕES DO PERÍODO (3)	TAXA EXECUÇÃO relativa (3/2)	COBRADO do exercício (4)	COBRADO de exercícios anteriores (5)	TOTAL COBRADO (6)	TAXA EXECUÇÃO (6/2)
RECEITAS												
	Receitas Correntes		77 310 910	76 701 183	-0,79%	-609 727	77 002 482	100,39%	76 374 033	327 150	76 701 183	100,00%
04	Taxas, multas e outras penalidades	513	715 222	934 848	30,71%	219 626	841 361	90,00%	834 578	100 270	934 848	100,00%
06	Transferências correntes	413	1 974 785	1 541 419	-21,94%	-433 366	1 541 419	100,00%	1 541 419	0	1 541 419	100,00%
06	Transferências correntes	541	102 900	97 322	-5,42%	-5 578	89 773	92,24%	89 772	7 550	97 322	100,00%
07	Vendas de bens e serviços correntes	361	348 492	0	-100,00%	-348 492	0		0	0	0	
07	Vendas de bens e serviços correntes	362	91 188	0	-100,00%	-91 188	0		0	0	0	
07	Vendas de bens e serviços correntes	511	73 524 027	73 524 027	0,00%	0	73 826 286	100,41%	73 524 027	0	73 524 027	100,00%
07	Vendas de bens e serviços correntes	513	418 599	581 614	38,94%	163 015	682 817	117,40%	363 830	217 784	581 614	100,00%
08	Outras receitas correntes	513	135 697	21 953	-83,82%	-113 744	20 826	94,87%	20 407	1 546	21 953	100,00%
	Receitas de Capital		701 100	10 056 737	1334,42%	9 355 637	10 056 737	100,00%	10 056 737	0	10 056 737	100,00%
10	Transferências de capital	513	0	134 500		134 500	134 500	100,00%	134 500	0	134 500	100,00%
10	Transferências de capital	541	0	301 281		301 281	301 281	100,00%	301 281	0	301 281	100,00%
12	Passivos Financeiros	432	701 100	22 212	-96,83%	-678 888	22 212	100,00%	22 212	0	22 212	100,00%
12	Passivos Financeiros	721	0	9 332 626		9 332 626	9 332 626	100,00%	9 332 626	0	9 332 626	100,00%
16	Saldo da Gerência Anterior	368	0	68 737		68 737	68 737	100,00%	68 737	0	68 737	100,00%
16	Saldo da Gerência Anterior	488	0	30 777		30 777	30 777	100,00%	30 777	0	30 777	100,00%
16	Saldo da Gerência Anterior	521	0	147 007		147 007	147 007	100,00%	147 007	0	147 007	100,00%
16	Saldo da Gerência Anterior	522	0	19 436		19 436	19 436	100,00%	19 436	0	19 436	100,00%
16	Saldo da Gerência Anterior	724	0	161		161	161	100,00%	161	0	161	100,00%
	Total Receitas		78 012 010	86 757 920	11,21%	8 745 910	87 059 219	100,35%	86 430 770	327 150	86 757 920	100,00%

Adicionalmente, recebemos ainda da ACSS uma verba de 301 mil euros, registada na FF 541, para fazer face aos encargos previstos no n.º 5 do artigo 274.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, no âmbito da Internalização no SNS de análises clínicas e de exames de endoscopia gastroenterológica e 22 mil euros do projeto POSEUR inscritos na FF 432.

Na FF 513, a verba inscrita corresponde a dois subsídios recebidos para o combate à Covid-19: 87.500 euros para aquisição de um robô de desinfecção (Câmara Municipal de Castelo Branco) e 47.000 euros para a aquisição de um Raio-X portátil (Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa).

Nas restantes FF, no capítulo 16, foram inscritas as verbas transitadas da gerência anterior, num total de 266.118 euros. De ressaltar, no entanto, que a sua aplicação em despesa ainda não foi autorizada pelo Ministério das Finanças, pelo que as dotações da receita são superiores às da despesa no montante de 310.283 euros, correspondendo a diferença ao saldo da gerência de 2021 (44.165 euros).

Ao nível das despesas (quadro seguinte), a execução originou um acréscimo de 8,44 M€ da dotação total (+10,81%), com as despesas correntes a crescerem 9,64 M€ (+13,03%) e as despesas de capital a registarem uma quebra de 1,2 M€ (-29,42%).

De referir que, de acordo com as instruções da DGO, os compromissos finais contemplam a maioria da despesa não paga que transita para o ano seguinte, contrariamente ao ocorrido na gerência anterior, e que serão de novo cabimentados na próxima gerência, dando lugar a novos compromissos.

Analisando agora as principais rubricas de despesas correntes, o agrupamento 01 (despesas com pessoal) teve de ser reforçado em 1,65 M€ na FF 511 e 50 mil euros na FF 513 pelo facto dos encargos com pessoal terem registado aumentos superiores ao esperado, pelos motivos identificados na análise à execução face ao período homólogo (cap. II).

Código	Designação	F.F.	DOTAÇÃO INICIAL ANUAL (1)	DOTAÇÃO CORRIGIDA ANUAL (2)	Variação relativa da DOTAÇÃO (2)/(1)	Variação absoluta da DOTAÇÃO (2)/(1)	COMPROM. ASSUMIDOS (3)	TAXA EXECUÇÃO relativa (3/2)	PAGO do exercício (4)	PAGO de exercícios anteriores (5)	TOTAL PAGO (6)	TAXA EXECUÇÃO (6/2)
DESPESAS												
	<i>Despesas Correntes</i>		<i>73 929 273</i>	<i>83 565 866</i>	<i>13,03%</i>	<i>9 636 593</i>	<i>115 153 361</i>	<i>137,80%</i>	<i>63 585 198</i>	<i>19 977 689</i>	<i>83 562 887</i>	<i>100,00%</i>
01	Despesas com pessoal	511	49 804 835	51 451 610	3,31%	1 646 775	53 204 150	103,41%	49 624 065	1 827 545	51 451 610	100,00%
01	Despesas com pessoal	513	0	50 101		50 101	57 579	114,93%	50 101	0	50 101	100,00%
02	Aquisições de bens e serviços	511	23 344 663	21 669 418	-7,18%	-1 675 245	51 397 465	237,19%	10 076 613	11 592 830	21 669 443	100,00%
02	Aquisições de bens e serviços	513	520 474	1 050 336	101,80%	529 862	1 147 446	109,25%	766 326	284 010	1 050 336	100,00%
02	Aquisições de bens e serviços	541	102 900	97 322	-5,42%	-5 578	97 322	100,00%	89 772	7 550	97 322	100,00%
02	Aquisições de bens e serviços	721	0	8 990 557		8 990 557	8 990 557	100,00%	2 745 984	6 244 573	8 990 557	100,00%
03	Juros e outros encargos	511	6 225	13 507	116,98%	7 282	17 772	131,58%	12 458	1 024	13 482	99,81%
03	Juros e outros encargos	513	6 344	63 679	903,77%	57 335	60 700	95,32%	60 700	0	60 700	95,32%
06	Outras despesas correntes	511	100 400	124 147	23,65%	23 747	124 147	100,00%	103 990	20 157	124 147	100,00%
06	Outras despesas correntes	513	43 432	55 189	27,07%	11 757	56 223	101,87%	55 189	0	55 189	100,00%
	<i>Despesas de Capital</i>		<i>4 082 737</i>	<i>2 881 771</i>	<i>-29,42%</i>	<i>-1 200 966</i>	<i>3 619 875</i>	<i>125,61%</i>	<i>1 654 598</i>	<i>1 230 152</i>	<i>2 884 750</i>	<i>100,10%</i>
07	Aquisição de bens de capital	361	348 492	0	-100,00%	-348 492	0		0		0	
07	Aquisição de bens de capital	362	91 188	0	-100,00%	-91 188	0		0	0	0	
07	Aquisição de bens de capital	413	1 974 785	1 519 466	-23,06%	-455 319	1 720 474	113,23%	1 073 932	445 534	1 519 466	100,00%
07	Aquisição de bens de capital	432	701 100	0	-100,00%	-701 100	0		0		0	#DIV/0!
07	Aquisição de bens de capital	511	267 904	265 345	-0,96%	-2 559	621 398	234,18%	13 210	252 135	265 345	100,00%
07	Aquisição de bens de capital	513	699 268	453 610	-35,13%	-245 658	634 653	139,91%	230 835	225 754	456 589	100,66%
07	Aquisição de bens de capital	541	0	301 281		301 281	301 281	100,00%	301 281	0	301 281	100,00%
07	Aquisição de bens de capital	721	0	342 069		342 069	342 069	100,00%	35 340	306 729	342 069	100,00%
	<i>Total Despesas</i>		<i>78 012 010</i>	<i>86 447 637</i>	<i>10,81%</i>	<i>8 435 627</i>	<i>118 773 236</i>	<i>137,39%</i>	<i>65 239 796</i>	<i>21 207 841</i>	<i>86 447 637</i>	<i>100,00%</i>

Nota: A sublinhado amarelo destacámos as dotações onde não foi possível reduzir ou aumentar por força do mencionado relativamente à gestão flexível.

Ao nível do agrupamento 02 (aquisições de bens e serviços), foi necessário proceder ao seu reforço no montante de 7,8 M€, essencialmente devido ao recebimento da verba registada na FF 721 da receita para cobertura de prejuízos e que foi aplicada em grande parte nestas rubricas no pagamento de dívidas em atraso transitadas do exercício anterior. Ainda assim, ficaram por pagar nesta agrupamento 29,8 M€, devido ao elevado volume de encargos que tinham transitado por pagar de anos anteriores (cerca de 29 M€).

Quanto ao agrupamento 03, o reforço de 65 mil euros (FF 511 e 513) resultou da necessidade de pagamentos não previstos inicialmente, nomeadamente os gastos suportados com a emissão e cobrança de avisos de pagamento de taxas moderadoras em dívida (encargo de cerca 60 mil euros pago aos SPMS). Por fim, no agrupamento 06, foi necessário reforçar as dotações em 35 mil euros (FF 511 e 513), nomeadamente para fazer face a encargos com contribuições à Segurança Social do ano anterior (20 mil euros), para pagamentos à ERS (12 mil euros) e para pagamento de verificações de doenças à ADSE (2 mil euros).

No que respeita às despesas de capital, temos a destacar às diminuições a 100% nas FF 361, 362 e 432 (projetos de remodelação e ampliação do HAL, SAMA e POSEUR) em virtude do ocorrido na receita, embora transitando o saldo recebido da FF 432.

Na FF 413, a diminuição resulta da menor execução ao nível do projeto de remodelação e ampliação do HAL.

A FF 541 apresenta a execução relativa aos encargos previstos no n.º 5 do artigo 274.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, no âmbito da Internalização no SNS de análises clínicas e de exames de endoscopia gastroenterológica, como já referido.

Por fim, a FF 721 evidencia os encargos pagos com as verbas recebidas de entrada de capital para cobertura de prejuízos, o que obrigou à redução das dotações nas FF 511 e 513.

Portanto, resumidamente, verifica-se que as dotações finais se revelaram insuficientes para dar cobertura à totalidade dos compromissos assumidos, em virtude do elevado volume transitado ainda por pagar do ano anterior (cerca de 29 M€, sendo que 5,6 M€ respeitam a faturação da ARS do Centro que já poderia ter sido anulada pela ARS do Centro, com intermediação da ACSS, nos termos do despacho do SES de 25/06/2015, mas até à data não foi dado cumprimento ao aludido despacho). Esta suborçamentação, devido a receitas insuficientes face ao nível de despesa existente, recorrente nos últimos anos, originará uma situação idêntica na próxima execução orçamental, em virtude das despesas não pagas em 2021 serem cabimentadas no início do ano seguinte, nos termos das regras em vigor, como já aqui também foi referido.



Em termos homólogos, quadro infra, a execução cresceu consideravelmente no exercício de 2021, com as receitas a apresentarem um incremento de 9,64% (+7,65 M€) nas liquidações, enquanto que na cobrança (próprio ano e anos anteriores) o aumento foi inferior, chegando aos 7,37% (+5,96 M€), contribuindo essencialmente para esta variação o facto de em 2020 ter existido uma cobrança mais elevada de anos anteriores, sem reflexo nas liquidações do ano.

Quanto às despesas, os compromissos assumidos em 2021 sobem 47,48% (+38,2 M€) pelo facto de em 2020 a DGO ter dado instruções para que os compromissos finais não fossem superiores às dotações corrigidas, o que originou que cerca de 29 M€ deixaram de constar do reporte final, enquanto que nos pagamentos temos um acréscimo de 7,34% (+5,9 M€) que decorre das verbas adicionais recebidas para cobertura de prejuízos (+6,63 M€ face a 2020).

Descrição	2020	2021	variação	%
Receitas				
- Liquidações	79 405 415	87 059 219	7 653 804	9,64%
- Cobrança	80 801 556	86 757 920	5 956 364	7,37%
Despesas				
- Compromissos	80 535 438	118 773 236	38 237 798	47,48%
- Pagamentos	80 535 438	86 447 637	5 912 199	7,34%

II – Execução Económica face ao Contrato-Programa e Análise à Evolução dos Gastos e Rendimentos Operacionais face ao período homólogo de 2020

A – Gastos e Perdas

Globalmente, a execução superou a dotação prevista em 12,61%, correspondendo a encargos superiores em 10,3 M€.

Os desvios positivos mais significativos incidiram nos fornecimentos e serviços externos (+43,32% / +7,6 M€) e nos CMVMC (+19,8% / +1,9 M€).

De facto o principal incremento face ao orçamentado situou-se nos fornecimentos e serviços externos que superaram em 43,32% a dotação prevista, com acréscimos em praticamente todas as rubricas. De entre estas, de destacar os serviços especializados que apresentam um desvio positivo de 41,49% (+2,6 M€), não se tendo conseguido qualquer tipo de poupança nestas rubricas em virtude das necessidades originadas pela pandemia e pela falta de pessoal médico. Assim tivemos aumentos de 40,66% (+896 mil euros) em serviços técnicos de recursos humanos e de 43,68% (+342 mil euros) nos honorários face ao

período homólogo, devido à retoma da atividade e à falta de médicos nalgumas áreas/especialidades como por exemplo a urgência, a cirurgia geral, a medicina interna, a anestesiologia, a ginecologia/obstetrícia e a ortopedia.

A título indicativo, no ano de 2021 foram pagas a prestadores médicos mais 11.155 horas (+12.717 horas em 2020 face a 2019), que correspondem a mais 498.396 euros (+427.264 euros em 2020 face ao ano anterior), o que representa um acréscimo de 23.872 horas e 925.660 euros num espaço de dois anos.

Verificaram-se ainda desvios importantes nos gastos com lavandaria (+73,93% / +322 mil euros) devido a gastos suplementares decorrentes das necessidades inerentes à pandemia, bem como à atualização dos preços contratuais, e em projetos e serviços de informática (+83,98% / 214 mil euros) devido a gastos adicionais (2020 e 2021) com a manutenção da plataforma de interoperabilidade entre sistemas de informação clínica AIDA (+58 mil euros) e com os serviços de atualização tecnológica do sistema de dispensa de medicamentos Pyxis e o sistema Kardex, para os serviços farmacêuticos (+140 mil euros).

Ao nível dos subcontratos, nos meios complementares de diagnóstico (MCD) e de terapêutica (MCT) também ocorreram desvios assinaláveis (+54,46% / +1,8 M€; e +43,86% / +1,6 M€, respetivamente). Nos MCD os principais acréscimos situaram-se na patologia clínica (+29,87% / +643 mil euros) face a 2020, muito por força dos testes covid e do retomar da atividade, na imagiologia (+30,41% + 246 mil euros) e na gastroenterologia (+72,51% / +152 mil euros) com origem em pedidos dos cuidados primários. Ainda em relação a subcontratos, o desvio de 116,84% (+342 mil euros) nos internamentos justifica-se pela baixa estimativa feita no orçamento, já que até houve um decréscimo de 22,73% (-187 mil euros), em termos comparativos com 2020.

Nas demais rubricas, de destacar ainda as deslocações, estadas e transportes que apresentam um desvio de 49,1% (+879 mil euros), um pouco acima do real em relação a 2020 (+22,38% / +488 mil euros), mas que não deixa de ser significativo.

Ao nível dos gastos com pessoal, o desvio global foi de apenas 0,84% (+424 mil euros), com o mais significativo a verificar-se nos abonos variáveis e eventuais (+5,54% / +496 mil euros), onde o trabalho extraordinário superou a dotação estimada em 13,88% (+717 mil euros), tendo sido realizadas +84,6 mil horas (+76% relativas a presença física e +24% a prevenção, com especial incidência no pessoal de enfermagem com +55 mil horas e nos assistentes operacionais com +18 mil horas) devido às necessidades acrescidas decorrentes da pandemia que obrigaram ao reforço de equipas, verificando-se uma ligeira redução nas prevenções e no trabalho noturno em termos orçamentais (-2,09% / -40 mil euros), sendo ainda mais significativa essa diminuição se compararmos em relação ao período homólogo (-15,38% / -338 mil euros). Estes acréscimos acabaram também por influenciar o desvio positivo ao nível dos encargos sobre remunerações (+2,73% / +250 mil euros). Em outros abonos, os gastos com o SIGIC aumentaram

25,71% (+199 mil euros) face a 2020 embora, em termos orçamentais, o desvio seja negativo (-9,52% / -181 mil euros) nestas rubricas, justificando-se este aumento no SIGIC pela necessidade de recuperar os atrasos decorrentes da pandemia. Ainda no âmbito da pandemia Covid-19, estimaram-se gastos com pessoal na ordem dos 3,26 M€ no período, 2,4 M€ na medida 095 e 847 mil euros na medida 096, conforme consta dos reportes efetuados junto da DGO. Adicionalmente, de referir que continuamos a ter uma forte incidência de prestadores de serviços para darmos cobertura aos serviços de urgência, consulta externa e outras áreas carenciadas de profissionais atendendo à forte taxa de absentismo por doença e parentalidade, bem como à elevada média de idades, com impacto em Serviços Técnicos de Recursos Humanos e Honorários (2,65 M€ pagos a prestadores médicos em 2021, correspondendo a 81.606 horas, contra os 2,16 M€ pagos no ano anterior referentes a 70.451 horas). Em termos homólogos (Anexo II), os gastos com pessoal registaram um incremento de 2,26% (+1,12 M€), como analisaremos mais à frente no capítulo sobre a evolução dos principais indicadores económico-financeiros.

Quanto ao Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC), registou-se uma variação positiva de 19,8% (+1,9 M€) face ao estimado, que decorre essencialmente do efeito pandemia (entre abril e maio de 2020 a quebra da atividade foi muito acentuada) com os desvios mais significativos a incidirem no material de consumo clínico (+25,46% / +776 mil euros) onde continuou a existir um forte impacto no consumo dos EPI (mais em termos de quantidades, já que os preços unitários diminuíram), notando-se igualmente uma retoma dos gastos com artigos cirúrgicos e próteses por terem crescido a atividade assistencial (no internamento, +1,42% de doentes saídos e +4,54% de dias de internamento) e as cirurgias realizadas (+5,63%), mas também nos reagentes e outros produtos farmacêuticos (+72,07% / +733 mil euros) devido às análises realizadas internamente para despiste do SARS-Cov-2, e nos medicamentos (+7,67% / +415 mil euros). Nos restantes armazéns, as variações com maior impacto em termos absolutos verificam-se no material de manutenção e conservação (+12,23% / +11 mil euros), embora não tenham existido aumentos face a 2020 em termos de consumo.

Por fim, no que respeita aos restantes encargos, os desvios mais relevantes ocorreram em outros gastos e perdas (+138,44% / +439 mil euros) com as perdas em inventários a apresentarem um crescimento de 67,03% (+179 mil euros) e as dívidas incobráveis de 46,49% (+78 mil euros) face a 2020. Em sentido inverso, as perdas por imparidade são as que mais diminuíram, registando um desvio assinalável (-53,95% / -180 mil euros), e em termos homólogos ainda mais acentuado (-68,3% / -332 mil euros) em perdas de clientes, contribuintes e utentes.

Deste modo, face à evolução ocorrida, os gastos operacionais relevantes para o cálculo do EBITDA foram de 88.745.495 euros, ou seja mais 10,2 M€ (+12,92%) do que o contratualizado.



Em termos homólogos (anexo II), a evolução registada face ao período anterior evidencia um acréscimo global de 8,69% (+7,2 M€), situando-se os acréscimos mais significativos nos fornecimentos e serviços externos (+22,49% / +4,6 M€), no CMVMC (+13,06% / +1,4 M€) e nos gastos com pessoal (+2,26% / +1,1 M€).

Alguns dos motivos para estes acréscimos já foram identificados na análise face ao Contrato-Programa. Assim nos CMVMC as variações mais significativas incidiram nos produtos farmacêuticos (+15,18% / +999 mil euros), com um acréscimo substancial nos reagentes e outros produtos farmacêuticos (+58,15% / +643 mil euros) devido ao número de análises efetuadas para testagem do SARS-Cov-2, no material de consumo clínico (+10,2% / +354 mil euros) devido ao consumo dos EPI (luvas, fatos de proteção, máscaras, batas, ...), embora a retoma da atividade também tenha originado um incremento nos gastos com artigos cirúrgicos (+67,63% / +254 mil euros), de tratamento (+16,69% / +140 mil euros) e próteses (+16,26% / +110 mil euros). Nos restantes armazéns, as variações com maior impacto em termos absolutos verificaram-se no consumo hoteleiro (+2,6 mil euros) e no consumo administrativo (-2 mil euros). Nos Fornecimentos e Serviços Externos, os subcontratos apresentaram um incremento de 25,83% (+2,3 M€) que incidiu essencialmente nos meios complementares de diagnóstico (+34,38% / + 1,3 M€), onde a patologia clínica assume o maior aumento com +29,87% (+643 mil euros) devido ao elevado volume de testes e outras análises realizadas pelos utentes da nossa área de responsabilidade, seguida pela imagiologia que também cresceu 30,41% (+246 mil euros), bem como nos meios complementares de terapêutica (+25,16% / +1,1 M€) onde se destacaram os tratamentos de hemodiálise (+22,39% / +576 mil euros), aos quais deveremos ainda adicionar os relativos a transportes (essencialmente realizados por empresas de táxis e empresas de transportes de doentes), cuidados respiratórios domiciliários (+19,81% / +251 mil euros) e medicina física e de reabilitação (+104,02% / +216 mil euros) que tiveram um aumento também devido às consequências da doença Covid-19.

Quanto aos restantes fornecimentos e serviços, destacam-se os aumentos nos serviços especializados (+23,63% / +1,7 M€), nas rubricas de serviços técnicos de recursos humanos, honorários, lavandaria e projetos de informática, conforme referido na análise face ao Contrato-Programa. Com o retomar da atividade, as rubricas de transportes apresentaram gastos superiores em 488 mil euros face ao ano anterior (+22,38%), quase exclusivamente relacionados com os transportes de doentes: bombeiros (+28,98% / +294 mil euros), empresas de transporte de doentes (+36,84% / 140 mil euros) e táxis (+7,37% / +51 mil euros).

Quanto aos gastos com pessoal, o incremento de 2,26% (+1,1 M€) incidiu essencialmente nos abonos variáveis e eventuais (+6,23% / +555 mil euros), com o trabalho extraordinário a crescer 872 mil euros, e nas remunerações certas e permanentes (+1,2% / 372 mil euros) devido, em larga escala, às novas

contratações decorrentes da pandemia (até 31/12/2021 foram 224 contratações, das quais 30 já denunciadas e destas, 84 ainda em funções Covid e 110 convertidas ao abrigo dos art.º 147.º e 149.º do Código do Trabalho). Nos encargos sobre remunerações o crescimento (+2,26% / +208 mil euros) resultou das variações acima identificadas.

Por fim, no que respeita aos restantes encargos, os desvios mais relevantes ocorreram nas perdas por imparidade (-68,31% / -332 mil euros), nos gastos com amortizações (+16,97% / +255 mil euros) e em outros gastos e perdas (+30,41% / +176 mil euros) devido às perdas em inventários.

Analisando a evolução dos gastos operacionais, conforme estipulado no n.º 7 do art.º 158.º do DLEO, verificam-se as seguintes variações no período em análise:

Evolução dos Gastos Operacionais	4T 2021 Exec.	4T 2020 Exec.	2020/2021	
			Δ Absol.	Var. %
Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii) e iii)	50 811 789 €	49 497 510 €	1 314 279 €	2,66%
(i) Indemnizações pagas por rescisão	2 063 €	1 198 €	865 €	
(ii) Valorizações remuneratórias nos termos da LOE 2018	116 791 €	275 594 €	-158 803 €	-57,62%
(iii) Impacto da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 29 de dezembro	16 269 €	47 995 €	-31 726 €	-66,10%
Gastos com Deslocações (FSE)	78 707 €	75 243 €	3 464 €	4,60%
Gastos com Ajudas de custo e Alojamento (G c/ Pessoal)	64 267 €	68 196 €	-3 929 €	-5,76%
Gastos associados à frota automóvel	233 640 €	233 379 €	261 €	0,11%
Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	157 603 €	125 421 €	32 182 €	25,66%
Número Total de RH (OS + CD + Trabalhadores)	1470	1450	20	1,38%
N.º Órgãos Sociais (OS)	8	6	2	33,33%
N.º Cargos de Direção (CD)	1	2	-1	-50,00%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	1461	1442	19	1,32%
N.º Trabalhadores/N.º CD	1461	721	740	102,64%
N.º de viaturas	47	51	-4	-7,84%

- Aumento dos gastos com pessoal, pelos motivos já anteriormente descritos e pela existência de maior número de colaboradores. A situação devido à crise pandémica por COVID-19 que se atravessou, fustigou com maior rigor as instituições carentes de recursos e com dificuldades em atrair profissionais, como foi o caso da ULSCB, situação que foi ligeiramente mitigada com a possibilidade de contratação direta de profissionais para esse fim, embora com que um acréscimo significativo dos encargos com pessoal.
- Quanto aos encargos com deslocações, ajudas de custo e frota automóvel, globalmente verificou-se um ligeiro decréscimo (-204 euros) muito pouco relevante. Em contrapartida, no que respeita à contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, existiu um acréscimo de 32.182

euros face a 2020, justificado pela existência de encargos relacionados com a elaboração de projetos de remodelação do serviço de medicina interna e o departamento de psiquiatria e saúde mental (47 mil euros).

B – Rendimentos e Ganhos

Em termos totais (anexo III), a execução ficou ligeiramente acima da dotação do período (+0,14% / +108 mil euros), principalmente devido à execução em reversões (+222,79% / +377 mil euros), taxas moderadoras (+10,55% / +124 mil euros) e outros rendimentos e ganhos (+39,89% / +106 mil euros), já que as prestações de serviços estiveram abaixo do expectável (-0,66% / -504 mil euros) devido à menor execução ocorrida nas rubricas relacionadas com o financiamento (valor capitacional, incentivos, internos) onde se verificou um desvio de -694 mil euros (-0,92%). Ainda assim, houve uma melhoria ao nível da prestação a outras entidades responsáveis (+53,46% / +264 mil euros), embora em termos homólogos tal não tenha acontecido como veremos mais à frente. De salientar que o acréscimo nas taxas moderadoras resultou do facto de termos retomado a cobrança das dívidas através do SITAM (cerca 540 mil euros recuperados desde maio), embora se mantenha a quebra nos cuidados de saúde primários decorrente da eliminação da maioria das taxas (consultas, MCDT) devido às alterações legislativas ocorridas.

Em reversões, houve um crescimento acentuado face ao previsto, como já aqui referido (+377 mil euros) e que resulta de perdas por imparidade de clientes, contribuintes e utentes.

Por fim, relativamente a outros rendimentos e ganhos, existiu um desvio de 39,89% (+106 mil euros), mas a execução face ao ano anterior apresentou uma diminuição de 47,9% (-342 mil euros).

Assim o total dos rendimentos próprios operacionais ascendeu aos 78.034.891 euros, isto é mais 106 mil euros (+0,14%) face ao previsto em sede de Contrato-Programa (77.929.312 euros).

Em termos homólogos (anexo IV), constatou-se um acréscimo de 8,54% (+6,1 M€) face ao período homólogo de 2020, com especial incidência nas prestações relacionadas com o Contrato-Programa do exercício (+4,59% / +3,3 M€), embora no seu conjunto as prestações de serviços tenham crescido 5,4 M€ (+7,75%) devido ao acerto de estimativas de -2,6 M€ relativamente aos Contratos-Programa de 2015 e 2016 que estava registado em 2020 e que influenciou consideravelmente os rendimentos destes últimos dois anos. De referir ainda que as verbas recebidas para cobertura de prejuízos (9,33 M€) não foram contabilizadas como rendimento do exercício.

¹ Exclui a conta 782 (Descontos de pronto pagamento obtidos)

Ao nível das taxas moderadoras (+102,73% / +661 mil euros) a tendência de crescimento resultou do facto de termos retomado a cobrança das dívidas através do SITAM (cerca 540 mil euros recuperados a partir de maio) como já referimos, embora se mantivesse a quebra nos cuidados de saúde primários decorrente da eliminação da maioria das taxas (consultas, MCDT) devido às alterações legislativas ocorridas, apesar de o ano de 2020 estar negativamente influenciado pela anulação de taxas por cobrar do ano de 2019 (-493 mil euros). Com o regresso à normalidade, iremos manter de forma mais regular o processo de cobrança de taxas moderadoras em dívida através do SITAM/SPMS, no intuito de conseguirmos incrementar as receitas próprias, a par de um reforço da cobrança imediata sempre que possível.

Quanto a reversões, o acréscimo de 224,48% (+378 mil euros) resultou da anulação das faturas em cobrança duvidosa cobradas em 2021, bem como das taxas moderadoras cobradas neste período referentes a anos anteriores, e ainda dos saldos considerados incobráveis (ano 2018) em virtude de já terem mais de 3 anos.

Por fim, em outros rendimentos e ganhos, as razões para o elevado decréscimo de 47,9% (-342 mil euros) resultam da diminuição das correções relativas a períodos anteriores, onde tinham sido anuladas faturas em dívida à ADSE no montante de 182 mil euros, dos rendimentos suplementares (-47,52% / -95 mil euros) por não se terem faturado testes COVID a entidades no âmbito dos protocolos estabelecidos em 2020, e dos ganhos em inventários (-29,08% / -70 mil euros).

III – Recursos Humanos

A evolução de recursos humanos na ULSCB durante o período em análise e relativamente ao 4º trimestre do ano de 2020 continuou em curva ascendente, embora sem constituir um acréscimo substancial. Relativamente ao 3º trimestre do ano de 2021, embora de forma não muito acentuada observa-se, no entanto, uma ligeira variação descendente. Constata-se na comparação entre os 4ºs trimestres de 2020 e 2021 uma ligeira variação ascendente em praticamente todas as carreiras com exceção da carreira médica. Ainda assim, as variações mais significativas relativamente ao 4º trimestre de 2020 continuaram a verificar-se maioritariamente na carreira de enfermagem, na carreira técnica superior de diagnóstico e terapêutica, na carreira de assistente técnico e na carreira de assistente operacional, conforme se pode constatar no quadro abaixo apresentado.

O aumento de profissionais de saúde nestas carreiras ficou a dever-se, naturalmente, à necessidade de contar com um número de efetivos suficiente para continuar a garantir a eficácia, a operacionalidade, a reestruturação de serviços e uma gestão atempada eficaz e focada no controlo eficiente da pandemia



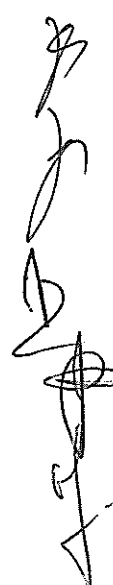
provocada pela COVID-19, dando assim, atenção aos indicadores da comunidade científica que apontavam para um aumento e agravamento dos casos de contágio para o 4º trimestre de 2021.

As obrigações assistenciais obrigatórias e a imposição de cumprimento das regras e orientações emanadas pela DGS decorrentes da situação de pandemia COVID-19, criaram a necessidade de procedimentos que houve necessidade de manter, no sentido de salvaguardar a integridade de saúde dos doentes e dos profissionais, de que são exemplo: a duplicação de circuitos, com a criação de corredores para doentes COVID e não COVID; a criação de áreas de atendimento próprias para doentes COVID (ADC); o alargamento de horários devido à necessidade de evitar aglomeração de pessoas e doentes e garantir o distanciamento social e a criação de novos serviços e alargamento de outros existentes.

Consequentemente, a nova organização criada, implicou a aplicação de uma gestão reforçada, mais abrangente e participada a diferentes níveis e carreiras, bem como, patamares de execução. Determinou a necessidade e reforço da limpeza e desinfeção das áreas de isolamento, superfícies e áreas de atendimento dos doentes, corredores e espaços dedicados, bem como, desinfeção assídua dos equipamentos, materiais e espaços da ULSCB e, motivou ainda, a necessidade de descontaminação de material e equipamento e manuseamento seguro da roupa, e recolha segura dos resíduos.

Foi necessário continuar a prestar particular atenção à área de diagnóstico e terapêutica, concretamente, na especialidade de análises clínicas tendo em conta a necessidade de colheita de material para realização dos testes COVID realizados no laboratório da ULSCB com vista a poder dar-se resposta em tempo útil, reduzir custos e garantir os respetivos resultados.

Toda a contratação de novos trabalhadores, a afetação e a reorganização necessária dos recursos humanos, teve como origem, além da situação de pandemia COVID-19, diversos outros constrangimentos, nomeadamente, o absentismo, a idade média geral dos recursos humanos vinculados ao mapa de pessoal da ULSCB (47 anos) e a idade média mais elevada (60,1 anos) em alguns grupos profissionais, onde se verifica elevada taxa de absentismo com propensão de subida, devido a todas as inerências que tal condição naturalmente impõe, determinando longos períodos de afastamento do serviço, ausências por licenças devido ao usufruto de direitos sociais, aumento das situações de incapacidade parcial ou fixação de limitação para o trabalho, indicação para a realização de trabalhos moderados por avaliação do serviço de medicina do trabalho e, fruto de direitos consagrados nas respetivas carreiras, a existência de horários de trabalho com referência a carga horária semanal normal, representando na prática o cumprimento de carga horária mais reduzida.





UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE CASTELO BRANCO, EPE

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS

(4º. TRIMESTRE)

PESSOAL ACTIVO EM 30.12.2021 - 1.467 trabalhadores

01.10.2021 a 31.12.2021 - Dias Úteis

GRUPOS PROFISSIONAIS	PESSOAL ACTIVO	CASAMENTO (1)	PARENTAIDADE (2)	FALCIMENTO FAMILIAR (3)	DOENÇA (4)	ACIDENTE TRABALHO (5)	ASSIST. FAMILIA (6)	TRAB. ESTUDANTE (7)	RESERVA DE CONTINGÊNCIA (8)	GREVE (11)	JUSTIFICADAS (12)	ACT. SINDICAL (14)	COM. GRATUITA / FORMAÇÃO (15)	OUTRAS (*) (16)	TOTAIS DIAS AUSÊNCIA	Média Faltas		% TOTAL FALTAS ULSCB
																MÉDIA DIAS CARREIRA	MÉDIA DIAS TOTAL TRAB. ULSCB	
Pessoal Médico (incluindo Internos)	218		353	10	490		65			4		4	361	28	1 265	5,80	0,85	22,14%
Técnico Superior de Saúde	19			2	36		33						6		77	4,05	0,05	1,35%
Pessoal de Enfermagem	538		552	15	591	34	230	15		26			92	75	2 030	3,77	1,38	35,53%
TSDT	104		287	4	211		65			8			30	27	632	6,08	0,43	11,06%
Pessoal de Informática	12				25		6			1		5		3	40	3,33	0,03	0,70%
Pessoal Docente	1														0	0,00	0,00	0,00%
Pessoal Dirigente (incluindo Adm. Hosp.)	6						8								8	1,33	0,01	0,14%
Assistente Técnico	184		62	6	169		79			18				27	351	1,96	0,25	6,32%
Assistente Operacional	354		156	23	685	22	155			39		7	2	77	1 176	3,32	0,80	20,58%
Técnico Superior (RG)	31		82	4	5		21			2			5	5	124	4,00	0,08	2,17%
TOTAIS	1 467	0	1 942	64	2 122	56	662	15	0	98	0	16	496	242	5 713	3,89	3,89	100,00%
MÉDIA DIAS/TRAB.		0,00	1,32	0,04	1,45	0,04	0,45	0,01	0,00	0,07	0,00	0,01	0,34	0,16	3,89			
Média % (227 dias de Trab. em 2021)	333000,00	0,00	0,58	0,02	0,64	0,02	0,20	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00	0,15	0,07	1,72	Abandono		

(*) Outras = Doação de sangue; Juris. Serv. oficiais; Cumprimento de obrigações; Mesas eleitorais; Compensação serviço de urgência; Covid 19; Exames Inf. Médico; Dispensas s/ efeitos remuneratórios

Mapa comparativo de evolução dos Recursos Humanos da ULSCB no 4º Trimestre de 2020/2021

SRH	MAPA DE PESSOAL GERAL ABSOLUTO DA ULSCB						4º. TRIM				
TOTAL GERAL 2020				TOTAL GERAL 2021			TOTAL GERAL ≠ 2020/2021			≠ 21/21	≠ 21/21
Carreira/Categoria	outubro	novembro	dezembro	outubro	novembro	dezembro	outubro	novembro	dezembro	out/dez	nov/dez
Conselho Administração	3	3	3	5	5	5	2	2	2	0	0
Administrador Hospitalar	2	2	2	1	1	1	-1	-1	-1	0	0
Méd. Especialistas	158	157	158	154	153	153	-4	-4	-5	-1	0
Méd. Grau Especialista	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0
Méd. IIM - Formação Específ.	42	41	40	38	38	38	-4	-3	-2	0	0
Méd. IIM - Formação Geral	27	27	27	26	26	26	-1	-1	-1	0	0
Téc. Superior Saúde	19	19	19	19	19	19	0	0	0	0	0
Téc. Superior	28	27	27	32	32	31	4	5	4	-1	-1
Enfermagem	528	529	530	529	538	538	1	9	8	9	0
Téc. Diag. Terapêutica	96	99	100	106	106	104	10	7	4	-2	-2
Informática	11	11	11	12	12	12	1	1	1	0	0
Educadora Infantil	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0
Assistente Técnico	178	178	179	185	184	184	7	6	5	-1	0
Assistente Operacional	332	339	349	357	354	354	25	15	5	-3	0
TOTAL - Efetividade funções	1426	1434	1447	1466	1470	1467	40	36	20	1	-3
Pessoal fora da ULSCB	21	21	21	16	15	15	-5	-6	-6	-1	0
Pessoal Dentro de Out. Inst. *	14	5	15	15	15	16	1	10	1	1	1
TOTAL GERAL ULSCB	1447	1455	1468	1482	1485	1482	35	30	14	0	-3

* Estão incluídos no total - Efetividade de funções

Mapa comparativo mensal de evolução dos Recursos Humanos da ULSCB ao longo do ano de 2021

SRH	MAPA DE PESSOAL GERAL ABSOLUTO DA ULSCB																		TOTAL ANUAL 2021					
TOTAL GERAL 2021																								
Carreira/Categoria	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Conselho Administração	3	3	0	5	2	5	0	5	0	5	0	5	0	5	0	5	0	5	0	5	0	5	0	5
Administrador Hospitalar	1	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1
Méd. Especialistas	157	156	-1	155	-1	155	0	152	-3	151	-1	151	0	150	-1	156	6	154	-2	153	-1	153	0	153
Méd. Grau Especialista	1	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1
Méd. IIM - Formação Especif.	46	45	-1	45	0	45	0	45	0	44	-1	41	-3	38	-3	38	0	39	0	38	0	38	0	38
Méd. IIM - Formação Geral	33	32	-1	32	0	32	0	31	-1	29	-2	27	-2	27	0	26	-1	26	0	26	0	26	0	26
Téc. Superior Saúde	19	19	0	19	0	19	0	19	0	19	0	19	0	19	0	19	0	19	0	19	0	19	0	19
Téc. Superior	27	27	0	28	1	28	0	29	1	29	0	30	1	30	0	31	1	32	1	32	0	31	-1	31
Enfermagem	531	533	2	534	1	538	4	538	0	539	1	539	0	539	0	529	-10	538	9	538	0	538	0	538
Téc. Diag. Terapêutica	100	102	2	101	-1	103	2	104	1	104	0	107	3	106	-1	106	0	106	0	106	0	104	-2	104
Informática	11	11	0	11	0	11	0	10	-1	10	0	12	2	12	0	12	0	12	0	12	0	12	0	12
Educadora Infantil	1	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1
Assistente Técnico	175	174	-1	173	-1	173	0	174	1	174	0	186	12	185	-1	185	0	185	0	184	-1	184	0	184
Assistente Operacional	353	358	5	352	-6	347	-5	348	1	347	-1	359	12	357	-2	353	-4	357	4	354	-3	354	0	354
TOTAL - Efetividade funções	1458	1463	5	1458	-5	1459	1	1458	-1	1454	-4	1482	28	1474	-8	1473	-1	1466	-7	1470	4	1467	-3	1467
Pessoal fora da ULSCB	20	20	0	20	0	20	0	20	0	19	-1	19	0	19	0	17	-2	16	-1	15	-1	15	0	15
Pessoal Dentro de Out. Inst. *	14	15	1	15	0	16	1	15	-1	14	-1	15	1	14	-1	13	-1	15	2	15	0	16	1	16
TOTAL GERAL ULSCB	1478	1483	5	1478	-5	1479	1	1478	-1	1473	-5	1501	28	1493	-8	1490	-3	1482	-8	1485	3	1482	-3	1482

* Estão incluídos no total Efectividade de funções

IV – Evolução da Dívida e dos Pagamentos em Atraso

- A dívida total em 31/12/2021 fixou-se nos 31,6 M€, contra os 27,1 M€ que se registavam em 31/12/2020. Os pagamentos em atraso correspondem a 12,8 M€, não existindo liquidez para impedir o seu crescimento devido aos compromissos que somos obrigados a cumprir no intuito de não serem comprometidos os fornecimentos e serviços indispensáveis (prestadores médicos, transportes doentes programados, incluindo hemodiálise, consumíveis no âmbito da Covid, manutenção de equipamentos e softwares, entre outros exemplos).
- Em termos homólogos, a dívida cresceu 4,5 M€ e os pagamentos em atraso 1,4 M€, refletindo-se desta forma no prazo médio de pagamento que chegou aos 208 dias no final do período, contra os 146 dias do período homólogo, com uma antiguidade que, nalguns fornecedores, chega aos 10 meses.
- Apesar dos reforços ocorridos em agosto e dezembro, entendemos que este acréscimo no financiamento continua a ser insuficiente para permitir que a situação económico-financeira melhore nos próximos meses, ainda por mais sabendo que nos meses em que incide o pagamento dos subsídios de férias e de Natal (e respetivos encargos) existe sempre uma quebra acentuada nos pagamentos a fornecedores. Embora se mantenha alguma incerteza decorrente da pandemia, teremos ainda assim de conseguir diminuir gastos a curto/médio prazo, sob pena de se agravarem situações causadoras de estrangulamentos e que poderão comprometer o normal funcionamento da

instituição devido à antiguidade da dívida, com prazos incomportáveis para alguns fornecedores (o que origina ameaças de corte de fornecimento, débito de juros de mora e injunções). Em paralelo, para ser possível conter e/ou diminuir a atual dívida, terá de existir, no nosso entendimento, um reforço adicional da dotação orçamental, por forma a que se consiga equilibrar as contas mensalmente, para além da resolução da dívida histórica que compromete, logo à partida, cerca de 30% da dotação disponível para o exercício.

- De referir ainda que 5,6 M€ da dívida total correspondem a faturação da ARS do Centro recebida e processada em finais de 2012 e início de 2013 e que se reporta a reembolsos relacionados com encargos com MCDT (4,6 M€) e vencimentos (1 M€) assumidos por essa entidade na fase de transição/criação da ULSCB, entre janeiro de 2010 e fevereiro de 2011. Parte desta dívida (4,6 M€) já poderia ter sido anulada pela ARS do Centro, com intermediação da ACSS, nos termos do despacho do SES de 25/06/2015, mas até à data não foi dado seguimento ao aludido despacho.
- Quanto ao PMR (prazo médio de recebimento), cresceu muito ligeiramente face ao período homólogo (+3 dias), já que existiu aumento da conta de clientes (+1,5 M€), como consequência do aumento do volume de negócios (+6,1 M€).

Período: janeiro a dezembro

u.m.: euro

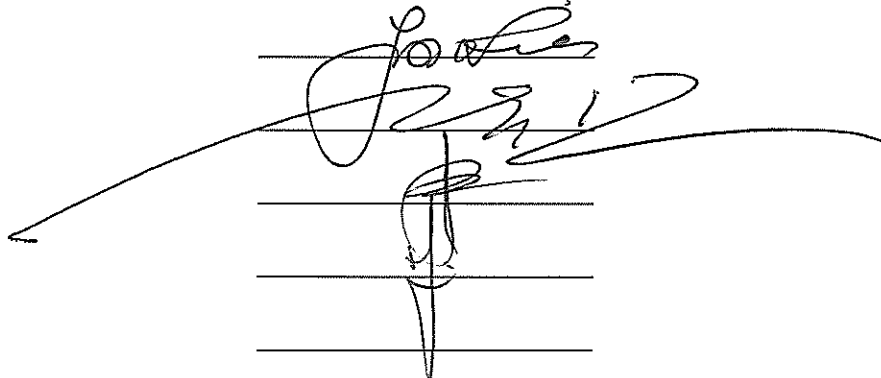
	2020	2021	variação	
			absoluta	%
Dívida Total	27 091 903	31 554 597	4 462 694	16,47%
Dívida vincenda	10 641 243	12 077 758	1 436 515	13,50%
Dívida vencida	16 450 660	19 476 839	3 026 179	18,40%
Pagamentos em atraso	11 326 206	12 768 443	1 442 237	12,73%
PMP ponderado (dias)	146	208	62	42,47%
PMR (dias)	48	51	3	7,17%

CONSIDERAÇÕES FINAIS

- No final deste período, tal como já seria expectável, a situação económico-financeira continuou a deteriorar-se face ao ano transato onde existiu uma quebra acentuada da atividade ao nível assistencial, fruto da crise pandémica, e consequentemente nos gastos suportados, o que não se verificou no corrente ano.
- Registou-se assim um incremento da dívida motivado pelos gastos adicionais com pessoal (aumento de efetivos para fazer face à pandemia e dos encargos com o trabalho extraordinário onde cresceram os gastos decorrentes da vacinação e da testagem), fornecimentos e serviços e matérias de consumo, e pelo insuficiente reforço do financiamento para dar cobertura aos mesmos (embora tenhamos recebido 9,33 M€ para cobertura de prejuízos).
- Sem a resolução deste problema estrutural de desadequação entre gastos e rendimentos e mantendo-se encargos elevados ao nível do tratamento e prevenção do Covid-19, os próximos meses continuarão a ser problemáticos, sendo problemático conseguirmos diminuir gastos a curto prazo, embora tenham de ser feitos alguns ajustamentos no sentido de evitarmos estrangulamentos que, nalguns casos, podem comprometer o normal funcionamento da instituição devido à antiguidade da dívida, com prazos incomportáveis para alguns fornecedores.

Castelo Branco, 13 de setembro de 2022

O Conselho de Administração



Anexo I – Gastos e Perdas

u.m.: euro

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Gastos)

31/12/2021

Código	Designação	ORÇAMENTO ANUAL (1)	PROCESS. EM 31/12/2021 (2)	DESMO (2) - (1) EM VALORES	DESMO (2) - (1) EM %	EXECUÇÃO (2) / (1) em %
61	CUSTO MERC.VEND. E MAT.CONS.:					
61241	Produtos farmacêuticos	6 432 280	7 580 361	1 148 081	17,85%	117,85%
612411	Medicamentos	5 415 759	5 831 244	415 485	7,67%	107,67%
612412/19	Reagentes /Out. prod. farmacêuticos	1 016 521	1 749 117	732 596	72,07%	172,07%
61242	Material de consumo clínico	3 047 827	3 823 655	775 828	25,46%	125,46%
6126	Alimentação - géneros por confeccionar	1 236	957	-279	-22,54%	77,46%
61243	Material consumo hoteleiro	116 670	119 945	3 275	2,81%	102,81%
61244	Material consumo administrativo	87 699	85 571	-2 128	-2,43%	97,57%
61245	Material manutenção/conservação	92 567	103 886	11 319	12,23%	112,23%
61249	Outro material de consumo	0	45	45	0,00%	0,00%
	Total da conta 61	9 778 279	11 714 421	1 936 142	19,80%	119,80%
62	FORN. E SERVIÇOS EXTERNOS:					
621	Subcontratos e concessões de serviços	7 438 319	11 340 735	3 902 416	52,46%	152,46%
62111	Meios complementares diagnóstico	3 319 634	5 127 585	1 807 951	54,46%	154,46%
62112	Meios complementares terapêutica	3 722 212	5 354 786	1 632 574	43,86%	143,86%
62113	Produtos vendidos p/farmácias	51 634	42	-51 592	-99,92%	0,08%
62114	Produtos Fornecidos por Farmácias Hospitalares	8 773	1 996	-6 777	-77,25%	22,75%
62115	Internamentos	292 513	634 286	341 773	116,84%	216,84%
62119	Outros subcontratos	43 553	222 041	178 488	409,82%	509,82%
622	Serviços especializados	6 254 226	8 848 961	2 594 735	41,49%	141,49%
623	Materiais de consumo	46 296	70 231	23 935	51,70%	151,70%
624	Energia e fluidos	1 093 925	1 084 774	-9 151	-0,84%	99,16%
625	Deslocações, estadas e transportes	1 789 863	2 668 754	878 891	49,10%	149,10%
626	Serviços diversos	913 819	1 119 175	205 356	22,47%	122,47%
	Total da conta 62	17 536 448	25 132 630	7 596 182	43,32%	143,32%
63	GASTOS COM O PESSOAL					
631	Remunerações órgãos sociais e de gestão	432 032	321 776	-110 256	-25,52%	74,48%
632	Remunerações do pessoal	40 410 764	40 829 551	418 787	1,04%	101,04%
6321	Remunerações certas e permanentes	31 445 689	31 368 022	-77 667	-0,25%	99,75%
63211	Remuneração base	25 760 791	25 756 813	-3 978	-0,02%	99,98%
63212	Subsídio de férias	2 262 134	1 946 634	-315 500	-13,95%	86,05%
63213	Subsídio de Natal	1 982 051	2 148 843	166 792	8,42%	108,42%
63215	Subsídio de refeição	1 437 545	1 467 709	30 164	2,10%	102,10%
6321xx	Outros	3 168	48 022	44 854	1415,85%	1515,85%
6322	Abonos variáveis e eventuais	8 965 075	9 461 529	496 454	5,54%	105,54%
632204	Trabalho extraordinário	5 165 577	5 882 574	716 997	13,88%	113,88%
632207	Subs. de prevenção, trab. noturno e de turno	1 898 616	1 858 957	-39 659	-2,09%	97,91%
6322xxx	Outros	1 900 882	1 719 999	-180 883	-9,52%	90,48%
633	Benefícios pós-emprego	0	1 296	1 296		
634	Indemnizações	3 043	4 531	1 488	48,90%	148,90%
635	Encargos sobre remunerações	9 148 015	9 397 792	249 777	2,73%	102,73%
636	Acidentes de trab. e doenças profissionais	288 503	241 410	-47 093	-16,32%	83,68%
637	Gastos de ação social	150	0	-150	-100,00%	0,00%
638	Outros gastos com pessoal	15 729	10 785	-4 944	-31,43%	68,57%
639	Outros encargos sociais	224 708	139 771	-84 937	-37,80%	62,20%
	Total da conta 63	50 522 944	50 946 912	423 968	0,84%	100,84%
60	Transferências e subsídios concedidos	0	0	0		
64	Gastos de depreciação e de amortização	1 834 545	1 758 391	-76 154	-4,15%	95,85%
65	Perdas por imparidade	334 013	153 829	-180 184	-53,95%	46,05%
67	Provisões do período	100 400	41 863	-58 537	-58,30%	41,70%
68	Outros gastos e perdas	316 993	755 840	438 847	138,44%	238,44%
69	Gastos e perdas por juros e outros encargos	13 453	77 130	63 677	473,33%	573,33%
	TOTAL GERAL	80 437 075	90 581 016	10 324 125	12,61%	112,61%

Anexo II – Variação Gastos e Perdas

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Gastos)

31/12/2021

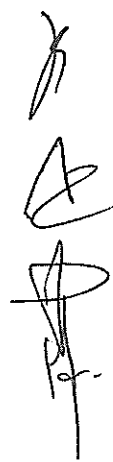
Código	Designação	PROCESS. EM 31/12/2020 (1)	PROCESS. EM 31/12/2021 (2)	Δ (2)-(1) EM VALORES	Δ (2)-(1) EM %
61	CUSTO MERC.VEND. E MAT.CONS.:				
61241	Produtos farmacêuticos	6 581 383	7 580 361	998 979	15,18%
612411	Medicamentos	5 475 394	5 831 244	355 850	6,50%
612412/19	Reagentes /Out. prod. farmacêuticos	1 105 989	1 749 117	643 128	58,15%
61242	Material de consumo clínico	3 469 865	3 823 655	353 790	10,20%
6126	Alimentação - géneros por confeccionar	1 192	957	-235	-19,70%
61243	Material consumo hoteleiro	117 315	119 945	2 630	2,24%
61244	Material consumo administrativo	87 715	85 571	-2 144	-2,44%
61245	Material manutenção/conservação	103 994	103 886	-108	-0,10%
61249	Outro material de consumo	0	45	45	0,00%
	Total da conta 61	10 361 465	11 714 421	1 352 956	13,06%
62	FORN. E SERVIÇOS EXTERNOS:				
621	Subcontratos e concessões de serviços	9 012 489	11 340 735	2 328 247	25,83%
62111	Meios complementares diagnóstico	3 815 842	5 127 585	1 311 743	34,38%
62112	Meios complementares terapêutica	4 278 341	5 354 786	1 076 445	25,16%
62113	Produtos vendidos p/farmácias	0	42	42	
62114	Produtos Fornecidos por Farmácias Hospitalares	7 692	1 996	-5 696	-74,06%
62115	Internamentos	820 849	634 286	-186 563	-22,73%
62119	Outros subcontratos	89 765	222 041	132 276	147,36%
622	Serviços especializados	7 157 759	8 848 961	1 691 203	23,63%
623	Materiais de consumo	37 253	70 231	32 978	88,52%
624	Energia e fluídos	1 121 891	1 084 774	-37 117	-3,31%
625	Deslocações, estadas e transportes	2 180 689	2 668 754	488 065	22,38%
626	Serviços diversos	1 008 101	1 119 175	111 074	11,02%
	Total da conta 62	20 518 181	25 132 630	4 614 448	22,49%
63	GASTOS COM O PESSOAL				
631	Remunerações órgãos sociais e de gestão	317 812	321 776	3 963	1,25%
632	Remunerações do pessoal	39 902 643	40 829 551	926 908	2,32%
6321	Remunerações certas e permanentes	30 995 753	31 368 022	372 269	1,20%
63211	Remuneração base	24 933 716	25 756 813	823 097	3,30%
63212	Subsídio de férias	2 584 986	1 946 634	-638 352	-24,69%
63213	Subsídio de Natal	2 073 610	2 148 843	75 233	3,63%
63215	Subsídio de refeição	1 398 938	1 467 709	68 772	4,92%
6321xx	Outros	4 503	48 022	43 519	966,40%
6322	Abonos variáveis e eventuais	8 906 890	9 461 529	554 639	6,23%
632204	Trabalho extraordinário	5 010 468	5 882 574	872 105	17,41%
632207	Subs. de prevenção, trab. noturno e de turno	2 196 725	1 858 957	-337 769	-15,38%
6322xxx	Outros	1 699 697	1 719 999	20 302	1,19%
633	Benefícios pós-emprego	1 535	1 296	-240	-15,60%
634	Indemnizações	4 543	4 531	-12	-0,27%
635	Encargos sobre remunerações	9 190 226	9 397 792	207 566	2,26%
636	Acidentes de trab. e doenças profissionais	185 032	241 410	56 378	30,47%
637	Gastos de ação social	87	0	-87	-100,00%
638	Outros gastos com pessoal	10 360	10 785	426	4,11%
639	Outros encargos sociais	210 058	139 771	-70 286	-33,46%
	Total da conta 63	49 822 297	50 946 912	1 124 615	2,26%
60	Transferências e subsídios concedidos	0	0	0	0,00%
64	Gastos de depreciação e de amortização	1 503 278	1 758 391	255 113	16,97%
65	Perdas por imparidade	485 432	153 829	-331 603	-68,31%
67	Provisões do período	51 168	41 863	-9 305	-18,18%
68	Outros gastos e perdas	579 569	755 840	176 271	30,41%
69	Gastos e perdas por juros e outros encargos	14 923	77 130	62 207	416,86%
	TOTAL GERAL	83 336 313	90 581 016	7 244 703	8,69%

Anexo III – Rendimentos e Ganhos

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Rendimentos)

31/12/2021

Código	Designação	ORÇAMENTO ANUAL (1)	PROCESS. EM 31/12/2021(2)	DESVIO (2) - (1) EM VALORES	DESVIO (2) - (1) EM %	EXECUÇÃO (2) / (1) em %
70	Impostos, contribuições e taxas					
704108	Taxas moderadoras	1 179 831	1 304 277	124 446	10,55%	110,55%
7041xx	Outras taxas	19 465	16 940	-2 525	-12,97%	87,03%
	Total da conta 70	1 199 296	1 321 216	121 920	10,17%	110,17%
71	Vendas	0	0	0	0	0,00
72	Prestações de serviços e concessões					
7201164	Incentivos institucionais	4 476 080	7 117 587	2 641 507	0,00%	0,00%
7201165	Valor capitolacional (ULS)	70 125 252	66 790 082	-3 335 170	-4,76%	95,24%
7201168	Internos	796 836	796 836	0	0,00%	100,00%
7201169	Outras prestações de serviços	0	0	0	0,00%	0,00%
72012	Prest. saúde de financiamento vertical (ACSS)	299 175	224 914	-74 261	-24,82%	75,18%
72013	Outras entidades responsáveis	494 123	758 270	264 147	53,46%	153,46%
7299	Outros serviços	0	0	0	0,00%	0,00%
	Total da conta 72	76 191 466	75 687 688	-503 778	-0,66%	99,34%
75	Transferências e subs. correntes obtidos	103 966	110 102	6 136	5,90%	105,90%
76	Reversões	169 280	546 415	377 135	222,79%	322,79%
78	Outros rendimentos e ganhos	266 080	372 214	106 134	39,89%	139,89%
79	Juros, dividendos e out. rend. Similares	0	0	0	0,00%	0,00%
	TOTAL GERAL:	77 930 088	78 037 636	107 548	0,14%	100,14%

Anexo IV – Variação Rendimentos e Ganhos


Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Rendimentos)

31/12/2021

Código	Designação	PROCESS. EM 31/12/2020 (1)	PROCESS. EM 31/12/2021 (2)	Δ (2)-(1) EM VALORES	Δ (2)-(1) EM %
70	Impostos, contribuições e taxas				
704108	Taxas moderadoras	643 368	1 304 277	660 909	102,73%
7041xx	Outras taxas	18 247	16 940	-1 307	-7,16%
	Total da conta 70	661 614	1 321 216	659 602	99,70%
71	Vendas	0	0	0	0,00%
72	Prestações de serviços e concessões				
7201162	Programas de gestão da doença crónica	0	0	0	0,00%
7201164	Incentivos institucionais	7 136 156	7 117 587	-18 568	-0,26%
7201165	Valor capitacional (ULS)	63 500 609	66 790 082	3 289 472	5,18%
7201168	Internos	789 664	796 836	7 172	0,91%
7201169	Outras prestações de serviços	0	0	0	
72012	Prest. saúde de financiamento vertical (ACSS)	328 233	224 914	-103 319	-31,48%
72013	Outras entidades responsáveis	805 178	758 270	-46 909	-5,83%
72014	Acerto de estimativas	-2 644 791	0	2 644 791	-100,00%
7299	Outros serviços	326 219	0	-326 219	-100,00%
	Total da conta 72	70 241 268	75 687 688	5 446 420	7,75%
75	Transferências e subs. correntes obtidos	110 415	110 102	-313	-0,28%
76	Reversões	168 398	546 415	378 017	224,48%
78	Outros rendimentos e ganhos	714 375	372 214	-342 161	-47,90%
79	Juros, dividendos e out. rend. Similares	0	0	0	0,00%
	TOTAL GERAL:	71 896 071	78 037 636	6 141 565	8,54%

